

FUP e sindicatos arrancam da Petrobrás nova proposta de PLR, com piso 18% superior ao do ano passado

FUP indica às assembleias aceitação do acordo

Arejeição em massa pela categoria da última proposta de PLR apresentada pela Petrobrás e a pressão feita pela FUP e sindicatos na mesa de negociação arrancaram da companhia uma nova proposta nesta terça-feira (04). A Petrobrás elevou o piso de R\$ 15.350,00 até o nível 245 para R\$ 16.914,00 até o nível 246. A partir do nível 247, serão aplicados acréscimos progressivos até o último nível da tabela salarial, mantendo a relação piso-teto em 2,6 vezes. A proposta é extensiva a todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, com pagamento previsto para sete dias úteis após a assinatura do acordo.

Segundo estimativas do DIEESE, os atuais valores da PLR 2005 representam 13,4% dos dividendos pagos aos acionistas (no ano anterior a relação foi de 13,08%) e cerca de 40% a mais do que o provisionamento da PLR 2004. O piso também cresceu 18% em relação aos R\$ 14.280,00 conquistados no ano passado, apesar

das mais de duas mil contratações feitas pela empresa e dos níveis concedidos aos trabalhadores, o que impacta diretamente a distribuição da PLR.

Diante dos avanços conquistados, a FUP indica a aceitação desta última proposta apresentada pela Petrobrás e a realização imediata de assembleias para avaliação do acordo proposto.

PLR 2006 - Conforme cobrança da FUP, a Petrobrás se comprometeu a efetuar o adiantamento da PLR 2006 até 10 de janeiro de 2007. A empresa também concordou em iniciar a negociação dos critérios de distribuição logo após a assinatura do acordo da PLR 2005. A FUP quer construir parâmetros para pagamento e distribuição que sejam baseados em critérios negociados e acompanhados pelos trabalhadores.

Avanços - Em atendimento ao indicativo do Conselho Consultivo, que se reuniu no último dia 28 para discutir o processo de negociação da PLR, a

FUP buscou junto à Petrobrás a construção de uma nova proposta que atendesse aos anseios da categoria, principalmente em relação ao piso e à linearidade. Mesmo diante de todas as dificuldades alegadas pela empresa em relação ao limitador de três folhas de pagamento imposto pelo Departamento de Estatais para o provisionamento da PLR, a FUP conseguiu arrancar da Petrobrás uma proposta cujo valor avança consideravelmente em relação ao que foi originalmente aprovado pela companhia, cujo piso inicial era de R\$ 14.730,00. O avanço só foi possível após muita pressão na mesa de negociação, principalmente nestas duas últimas rodadas nos dias 03 e 04, após a indicação de um calendário de mobilização.

PCAC - A Petrobrás garantiu o compromisso de implantação do novo plano em 01/01/07 e se comprometeu a apresentar até 31/12 os estudos sobre mobilidade funcional.

Petros: Categoria tem até 31/08 para decidir sobre a repactuação do RPB

A Petros iniciou no dia 19 de junho o processo de consulta aos participantes sobre a repactuação dos artigos 41 e 42 do Regulamento do Plano Petros (RPB), alterando a forma de reajuste dos benefícios. Os petroleiros estão recebendo em casa amplo material com informações e esclarecimentos sobre o processo de negociação entre a FUP e a Petrobrás, que resultou na assinatura de um Acordo de Obrigações Recíprocas no dia 31 de maio. No acordo, a Petrobrás se compromete a resolver os principais problemas do Plano Petros, quitando dívidas e déficits reivindicados há décadas pelos trabalhadores, além

de atender à nossa bandeira de luta histórica: a gestão paritária da Petros. O acordo, no entanto, só será implementado se houver adesão maciça à repactuação do RPB.

Os petroleiros têm até o dia 31 de agosto para decidir sobre a proposta. Se a grande maioria dos participantes concordar com o que foi negociado entre a FUP e a Petrobrás, a categoria fechará o maior acordo já feito no sistema de previdência complementar brasileiro. Um acordo que envolve o maior passivo financeiro da história do movimento sindical petroleiro, onde a Petrobrás se compromete a injetar no Plano Petros recursos equivalentes três

refinarias, como a que será construída em Pernambuco, ou quatro plataformas da dimensão da P-51.

A FUP e a maioria dos sindicatos consideram esse acordo vitorioso e estão implementando uma ampla campanha de divulgação em todo o país sobre as conquistas obtidas no processo de negociação, além de esclarecimentos sobre a necessidade de repactuação do RPB. As principais informações e dúvidas podem ser esclarecidas também na página da FUP na internet: www.fup.org.br. É só acessar o conteúdo do boletim especial que a Federação produziu sobre o acordo negociado com a Petrobrás.

O povo na rua em defesa da ampliação do projeto de desenvolvimento do país

No último dia 28, trabalhadores, estudantes e diversos representantes de entidades sociais voltaram às ruas em manifestações por todo o país, divulgando os principais eixos de luta do Projeto Brasil, uma ampla plataforma de reivindicações dos movimentos sociais para o presidente Lula, candidato à reeleição. O documento foi aprovado em plenária da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em abril, em Recife, durante o 2º Fórum Social Brasileiro.

Sob o lema ***Direitos para o povo: o Brasil que queremos***, as mobilizações realizadas pela CMS apresentaram à sociedade as propostas de defesa dos direitos da população, ampliação dos recursos para as áreas sociais, geração de emprego e renda, mais investimentos em saúde, educação, entre outras importantes bandeiras. O primeiro-secretário de Finanças da CUT e coordenador da CMS, o petroleiro Antonio Carlos Spis, considera que o Projeto Brasil pode se tornar um pólo aglutinador das diversas forças políticas de esquerda no país e que as mobilizações do dia 28 cumpriram o papel de socializar com a sociedade o Projeto Brasil.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista de Spis ao Portal Mundo do Trabalho:

Após a mobilização do dia 28 de junho, para onde caminha a CMS?

A estratégia da Coordenação dos Movimentos Sociais no dia 28 foi socializar com a população o Projeto Brasil, que foi construído com o movimento social, sindical e estudantil em dois grandes momentos deste ano — a 4ª Plenária Nacional da CMS, realizada no mês de março, em São Paulo; e o Fórum Social Brasileiro, no mês de abril, em Recife. Nosso espírito é continuar caminhando para a frente e à esquerda. Este é o compromisso.

O diálogo com a sociedade potencializa as ações?

A compreensão do conjunto das entidades que compõem a CMS, como a CUT, a UNE e o MST, é que o diálogo com a sociedade é fundamental, particularmente com o conjunto dos desempregados e excluídos que se encontram nas grandes periferias, abandonados nas favelas, mantidos quase inatingíveis, e que acabam virando presa fácil do crime organizado. Temos de chegar até lá para dar perspectiva a milhões de pessoas que são vítimas das mais nocivas formas de exclusão social por meio do confinamento pela alienação, pelo desemprego, pela falta de assistência e inexistência de qualquer ação do Estado que garanta segurança ou alento de um futuro melhor para esta e para as futuras gerações.

Como a concentração dos meios de comunicação reforça esta alienação e exclusão?

Acreditamos que para a superação destas mazelas são necessárias

atitudes reflexivas, que aumentem a auto-estima da população, lhes dêem ânimo a partir da valorização da sua própria história de resistência, que é de sobrevivência a tantas adversidades e dificuldades impostas pela selvageria deste modelo, do salve-se quem puder. Por isso, distribuímos centenas de milhares de jornais com o Projeto Brasil no conjunto dos estados e municípios. Acreditamos que precisamos enraizar a CMS e aprofundar esse debate. Quando a sociedade se somar a esse projeto nacional de desenvolvimento, democrático e popular, ele vai estar mais forte, porque a experiência nos diz que quem assume a luta por esses valores não abre mão deles até a sua conquista. Por isso, trabalhamos para chegar aonde o povo está, e isso nos impulsiona a ter uma relação mais próxima, uma comunicação mais direta. Se as pesquisas apontam que a grande maioria da população é analfabeta funcional, é preciso informação mais boca a boca.

Qual a saída para o impasse quando há uma grande concentração da mídia na mão de tão poucas famílias?

A bandeira da democratização dos meios de comunicação está na linha de frente das reivindicações da CMS. Defendemos o fortalecimento e a ampliação do número de rádios e televisões públicas, comunitárias e populares, para que a sociedade não fique refém da manipulação das grandes redes, nas quais a informação não passa de uma mercadoria, que tem dono.

Queremos meios em que mais do que possamos falar, possamos dar voz aos que são calados pela lógica dominante.

Qual o norte do Projeto Brasil?

Desde a primeira Carta ao Povo Brasileiro, há um consenso de que só haverá aporte sustentado de recursos ao Orçamento da União para as políticas sociais com mudanças na política econômica. O enorme superávit primário e as altas taxas de juros são instrumentos que não servem ao país — mas apenas ao capital volátil, que acaba ficando com enormes quantias de dinheiro que faltam à saúde, à educação e ao fortalecimento de uma política mais ousada de geração de emprego e renda. Precisamos construir uma ponte mais sólida com a sociedade, para avançar na concretização da justiça social.

O projeto vai agora para as mãos do presidente?

A posição da CUT é de que devemos entregá-lo ao presidente Lula. Afinal, apesar dos inúmeros problemas ainda existentes, das soluções não concretizadas para a questão agrária, habitação urbana ou empregos, é nossa compreensão que é com este governo que vamos avançar. É com quem temos espaço para vislumbrar a possibilidade de sua implementação. A CMS tem autonomia para definir, mas esta é a nossa idéia de como devemos continuar caminhando. Alckmin representa mais do entreguismo neoliberal de Fernando Henrique: mais privatização, criminalização dos movimentos sociais, entrega da soberania, mais retrocesso.